

## O COLÉGIO DOS JESUÍTAS DE SÃO PAULO (QUE NÃO ERA COLÉGIO NEM SE CHAMAVA SÃO PAULO)

M. Ap. Custódio e M. L. Hilsdorf\*

**RESUMO:** A idéia básica deste texto é rever dois mitos propagados de uma certa história da educação que faz a Companhia de Jesus desembarcar em 1549 para educar a elite colonial brasileira e originar, de um colégio secundário fundado em 1554, a cidade de São Paulo. Relendo as fontes podemos dizer que os jesuítas não tiveram (nem quiseram ter) colégios secundários de humanidades desde o início de suas atividades, o trabalho neles não foi contínuo e de êxito espetacular, e o "Colégio de São Paulo" foi uma "casa de meninos" para doutrinação e alfabetização. E nem tinha esse nome...

**UNITERMOS:** História da educação brasileira; instituições escolares; jesuítas; colégios secundários de Humanidades; Colégio Jesuíta de São Paulo.

A idéia básica deste texto é explorar a seguinte afirmação: o Colégio dos Jesuítas de São Paulo é um dos mitos propagados de uma certa história da educação que faz a Companhia de Jesus desembarcar em 1549 para educar a elite colonial brasileira.

A educação escolar não foi uma opção de primeira hora dos jesuítas: ela representou uma saída para o fracasso das primeiras formas de atividade missionária na costa, no contexto da ruptura povoamento/colonização<sup>1</sup>. Temos que pensar na ação missionária jesuítica desdobrando-se em diferentes etapas, que são avançadas quando a anterior se mostra um insucesso:

– o contato, forma tradicional de ação catequética, realizado nas "descidas", visitas às aldeias com pregações pelos intérpretes e batismos em massa, quando os jesuítas ainda pensavam alcançar a pacificação e a sujeição como decorrência da catequese;

\* Respectivamente, bolsista de Iniciação Científica do CNPq e professora-orientadora – EDF-FEUSP.  
1. KOSHIBA, L. Sobre a Origem da Colonização do Brasil. *Textos 2*. Araraquara, FCL/UNESP, 1990.

- o plano dos aldeamentos, pensado por Nóbrega nos inícios da década de 1550, como a nova força homogeneizadora, diante do fracasso das práticas de contato. A "Aldeia", diz Baêta Neves<sup>2</sup>, "é um local previamente escolhido pelos colonizadores para onde seriam trazidos os indígenas provados infensos à conversão por puro 'convencimento'". Baêta mostra, no seu texto, como é feita na "Aldeia" uma racionalização da moradia, das roupas, do uso do corpo, do tempo de lazer e de trabalho indígenas, segundo padrões não indígenas, com o fito de alcançar-lhes a sujeição, para então catequisá-los;

- os colégios, forma de ação institucional dos meados da década de 1560.

A maior parte da bibliografia ainda fala em colégios de ensino secundário estabelecidos desde a chegada dos jesuítas, remetendo à obra de Serafim Leite<sup>3</sup> e lendo nela as passagens que dizem que os jesuítas se preocuparam com a fundação e a organização da igreja e da escola assim que chegavam aos pontos de penetração catequética. R. Wrege<sup>4</sup> mostrou que esse não era o único entendimento do próprio historiador da Companhia: Serafim Leite também faz uma distinção entre os "colégios de meninos", dos primeiros tempos, com funções catequéticas, e os "colégios secundários e as casas de meninos de ensino elementar", que os substituíram. Com Wrege vemos<sup>5</sup> que, para acentuar a missão civilizadora da cultura portuguesa, a abordagem de "fundo patriótico" de Leite constrói uma prática escolar de nível secundário para os primeiros anos de atividade dos jesuítas, induzindo ao equívoco tão propagado entre os historiadores da educação, inclusive Fernando de Azevedo, da existência de uma educação escolar planejada e ministrada em colégios anterior/desde ao desembarque na Bahia, em março de 1559.

A indicação de um plano de colégios que "sucedeu" a planos anteriores foi feita pioneiramente por L. Alves de Mattos<sup>6</sup>. Esse historiador da educação fala dos primeiros anos de trabalho dos inicianos no Brasil como um "período heróico", reconhecendo neles características "genuinamente missionárias"<sup>7</sup> na base das atividades de catequese: primeiramente por contato e depois, pela criação de aldeamentos para os índios adultos e casas ou "recolhimentos" para as crianças. Segundo

2. BAÊTA NEVES, L.F. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1977. p. 118.

3. LEITE, S.J, Pe. Serafim. *Páginas de História do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1937; *Novas Cartas Jesuíticas*. São Paulo, Nacional, 1940; *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomos 1 e 2. Lisboa, Portugal/Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1938; Tomo 6. Lisboa, Portugal/Rio de Janeiro, INL, 1945.

4. WREGE, Rachel S. *A Educação Escolar Jesuítica no Brasil-Colônia: uma leitura da obra de Serafim Leite* História da Companhia de Jesus no Brasil. Campinas, FE/UNICAMP, 1993.

5. *Idem, Ibidem*, p.21.

6. MATTOS, L. Alves de. *Primórdios da Educação no Brasil: o período heróico*. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

7. A expressão é de HOORNAERT, Ed. e outros. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983. Também BAÊTA NEVES.

Mattos, os recolhimentos seriam sustentados jurídico-financeiramente pelas Confrarias, instituições locais criadas por Nóbrega, autônomas, "descentralizadas", com "bens próprios de raiz" (gado, terras e escravos) e dingentes leigos, ficando os jesuítas com o encargo espiritual e educacional. Quando em 1556, com a morte de Loyola e a aprovação das Constituições, passa a predominar na ordem a "política de retraimento e pauperismo franciscanizante" de Diogo Mirão e Luís da Grã<sup>8</sup>, que proibiu as Confrarias<sup>9</sup>, abre-se um espaço que será preenchido pelos estabelecimentos de educação escolar, os colégios secundários.

A interpretação de Mattos é criativa, mas pode ser ajustada e desenvolvida à luz de uma conexão catequese-educação escolar bem mais complexa, cuja análise propomos a seguir.

Uma leitura da correspondência jesuítica do período 1549-62<sup>10</sup> permite distinguir um primeiro projeto de ação catequética dos jesuítas que foi (literalmente) "ensaiado nas naus" e implicava em "viver em aldeias", isto é, com os índios, pregando-lhes a doutrina, aprendendo sua língua e ensinando-lhes o português. Esse projeto catequético de contato e convencimento lhes parecia fácil e triunfante, pois estava baseado numa visão do indígena que negava a sua alteridade em relação ao branco: diziam os jesuítas que "os índios em coisa nenhuma crêem e estão papel branco para neles escrever à vontade". Os adultos seriam catequizados pela pregação da Palavra, mas às crianças seria ensinada a doutrina em "escola de ler e escrever". Para os brancos das vilas há outra proposta, com pregações na igreja e atendimento aos doentes, como trabalho suplementar ao do clero secular. É clara a divisão de tarefas na Companhia, nos primeiros anos, entre: padres-catequistas que doutrinam e ensinam a língua falada e escrita aos catecúmenos, como Vicente Rijo e Simão Gonçalves, na vila da Bahia, Diogo Jácome, que doutrina em Porto Seguro e Ilhéus e o "língua" A. Navarro, que prega aos adultos e ensina os pequenos a ler e rezar nas aldeias das redondezas de Salvador; e aqueles missionários que trabalham com os brancos, como Nóbrega, que prega ao governador-geral, e Leonardo Nunes, que prega aos cristãos em Ilhéus, Porto Seguro e São Vicente.

Foi a chegada em 1550, de 7 meninos órfãos, escolhidos entre aqueles abrigados em Lisboa pelo padre Domenech (que não era jesuíta), vinda decidida na Europa e que Nóbrega e seus companheiros não pediram<sup>11</sup>, pois não estavam nos seus planos sedentarização e estabilidade, foi essa chegada que levou os jesuítas ao

8. MATTOS, L. Alves de. *Op.cit.*, p. 255.

9. Para Hoornaert, a medida tem raízes na centralização dos recursos exercida pelo padroado da Ordem de Cristo que, desde 1564, assume a distribuição das redzimas para as missões ultramarinas.

10. As cartas jesuíticas estão publicadas (*Cartas Jesuíticas*, I, II, III. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, EDUSP, 1988), mas aqui são citadas, salvo quando expressamente indicado, de HILSDORF, M.L.S. "Ideologia da Colonização e da Catequese", *Encontro Ameríndia* 92 (FLC-Araraquara-Unesp).

11. RODRIGUES, S.J. Pe. Francisco. *História da Campanha de Jesus na Assistência de Portugal (1540-60)*. Tomo 1,1. Porto, Apostolado da Imprensa, 1931.

desenvolvimento de uma nova forma de missionarismo de natureza mista, ao mesmo tempo catequética e institucional, as "casas de meninos".

Contrastada com as dificuldades que vinham enfrentando na catequese por convencimento entre os adultos, a experiência de trabalho com as crianças pareceu um sucesso. Na correspondência de 1552, lê-se que os jesuítas já achavam que criar os meninos dos gentios era melhor do que lidar com os pais e seus "mores de mil anos". Talvez ao mesmo tempo, talvez depois, mas certamente tendo como referência a atividade com as crianças, Nóbrega vai idealizar a criação dos aldeamentos. Em meados da década de 1550, ele anuncia que a catequese "em aldeias" falhara: por toda parte, na Bahia, Pernambuco, São Vicente, a ação dos padres tinha alcançado tão somente a doutrinação das índias forras, das mulheres dos portugueses e da escravaria. Depois de anos de trabalho missionário, o índio adulto já não lhes parecia tão acessível às práticas de contato e convencimento. Descoberto o índio como Outro, sua racionalidade, sua capacidade de opção, seus comportamentos de simulação<sup>12</sup>, sua "malícia", como escrevem os jesuítas, estes se convencem de que o caminho para a conversão da população indígena à fé cristã era outro. A exemplo do "recolhimento" das crianças nas suas "casas de meninos", a sujeição dos índios adultos nos aldeamentos será condição do êxito da catequese, e não seu resultado. Há então, desde meados da década de 1550, um novo projeto missionário em curso, sintetizado na "proposta dos 7 pontos" de Nóbrega e concretizado pela aliança com o poder secular: proibição da antropofagia; proibição das guerras tribais; sedentarização; monogamia; uso de roupas; "viver em terras repartidas"; direção dos padres. O conjunto dessas disposições configura a "Aldeia" de Baêta Neves. Em 1558, Nóbrega fala do sucesso desse plano na Bahia, onde Mem-de-Sá fazia "ajuntamentos" desde 1555. Em 1560-61, Nóbrega reivindica que a mesma medida seja tomada em São Vicente, onde a ação dos padres também influenciava apenas as mesmas índias moças, as mulheres brancas e meninos de colégio. (Os "brasis"? Fugiram, diz ele).

Na segunda década de atuação, entre 1560-70, o projeto missionário será novamente modificado. O plano dos "recolhimentos/aldeamentos" fora minado por pressões internas da Companhia, pela resistência dos indígenas que fugiam para os matos, pela pressão dos brancos apesadores e, como mostra L. Koshiha, pela nova ordem social escravista, inaugurada por Mem-de-Sá com o tráfico negreiro. Para este autor, "a tradição feudal estava ainda viva e atuante nas primeiras décadas da ocupação do Brasil. O povoamento em 1530 – e durante um bom tempo – não era ainda colonização (...). O tráfico altera radicalmente o padrão de povoamento e ocupação colonial territorial até então vigente, converte a escravidão em escravismo, isto é, num sistema. Ele rompe a hegemonia aristocrático-clerical e instaura o sistema

12. BRUTT, Hector. Derrota e Simulação: os índios e a conquista da América, *D.O.Lectura*, n. 125, out.1992, p. 11.

colonial mercantilista, superando a tentativa de implantação do sistema imperial de dominação”<sup>13</sup>.

Para os jesuítas restou o “viver em poltronas”, o rotineiro trabalho de “ensinar meninos” brancos, tão temido por Nóbrega como antimissionário por excelência, mas que passara a ser apoiado pela Coroa com as dotações para os “colégios” secundários. Explicam-se assim as colocações de Koshiba e Hoomaert sobre terem sido os jesuítas pouco influentes na colônia, no “mundo dos engenhos”, ao contrário do que ocorrera nos anos de povoamento, no “mundo dos indígenas”. Desarticulados pela experiência do tráfico e pelas questões de política interna da Companhia e seus arranjos com a Coroa, os jesuítas passam a desenvolver seu novo projeto em função da “economia cristã dos senhores de escravos”, isolando-se nos colégios secundários, distantes da missão catequética entre os naturais da terra, seu primeiro projeto.

Na perspectiva do tema que examinamos é importante a idéia de que, nos projetos da primeira década, confundem-se doutrinação e domínio da língua falada e escrita, definindo uma “escolarização elementar” usada diretamente na e para a catequese das crianças, mas a “escolarização secundária”, o domínio das letras clássicas no colégio de humanidades, inexistente: o que pode ser identificada é apenas a atividade de estudo entre e para os próprios membros da Companhia, fator indireto de catequese, como pensa Hoomaert. Outras leituras, outros entendimentos, são anacronismos. Nesses primeiros anos, os jesuítas certamente ensinavam a crianças índias e brancas, mas não em colégios secundários. As cartas jesuíticas acessadas não dizem muita coisa sobre a atividade escolar, mas quando o fazem é sobre o ensino da doutrina e das práticas devocionais, do ler e do escrever (tupi? português?) e do cantar para ajudar à missa. Isto foi feito em todos os pontos de penetração missionária, na Bahia, por Vicente Rijo, Simão Gonçalves e Aspilcueta Navarro, e depois por Salvador Rodrigues; em Porto Seguro, Ilhéus e depois São Vicente, por Diogo Jácome e Leonardo Nunes; e em Pernambuco, por Antonio Pires. Esses registros não podem ser interpretados como referências à atividade sistemática organizada nos moldes de colégios humanísticos, mesmo porque estes estavam em processo de definição pela própria ordem, na Europa: exatamente nesses anos, entre fins da década de 1540 e inícios dos anos 50, os colégios secundários estão definindo sua “facies” no âmbito da Companhia, e ela própria está encontrando sua identidade como ordem dedicada ao ensino<sup>14</sup>.

As “casas de meninos” pretendiam realizar aquela associação de ensino da doutrina e ensino do ler e escrever. Nesses primeiros anos, o estudo da gramática latina é uma atividade interna, do e para o grupo missionário: “letras, só para os

13. KOSHIBA, L. *Op. cit.*, p. 17.

14. DEBESSE, M. A Renascença. In: DEBESSE, M. e MIALARET, G. *História da Pedagogia, Tratado das Ciências Pedagógicas 2*. São Paulo: Nacional, 1977 (trad.) e MESNARD, P. *A Pedagogia dos Jesuítas*. In: CHATEAU, J. (org.) *Os Grandes Pedagogistas*. São Paulo, Nacional, 1978 (trad.)

cristãos nossos". Na correspondência, o ensino da doutrina e o da língua vêm sempre referidos à catequese indígena, mas as falas sobre as atividades de "colégio" na documentação epistolar devem ser lidas, para a primeira década, no contexto do trabalho interno da e para a própria Companhia, no sentido medieval (e não renascentista, moderno, de instituição) que o termo conserva na época: ter/fazer um "colégio" é "ler um texto (= estudar) em conjunto". O termo colégio tem também os conotativos de conjunto de membros da Companhia e de edifício, quando por exemplo, Afonso Braz escreve, do Espírito Santo, que mandem meninos para começar a obra porque "já tem um grande colégio"; e Nóbrega informa, em 1558, que não precisava mais de colégio na Bahia porque apenas 5 padres estudavam gramática.

Assim, não se pode dizer que um colégio tenha começado a funcionar na Bahia, em 1550, com a vinda dos órfãos de Lisboa, porque uma "casa de meninos" (o "recolhimento" de Mattos) não é um colégio. A chegada desses meninos brancos em sucessivas levadas – sabemos dos 7, vindos em 1550, de 15, vindos em 1551, e de mais 20, em 1555 – forçou, sim, a passagem para uma atividade sedentarizada, sistemática, institucional: os jesuítas que até então viviam de esmolas e doações, "comendo com os criados na cozinha dos senhores", foram obrigados a buscar recursos para a manutenção dos meninos. Com a doação da sesmaria "Água de Meninos" por Tomé de Souza em 1551, tornou-se possível começar a construção de um edifício com capacidade para abrigar os órfãos e cerca de 20 meninos que, esperava Nóbrega, fossem recrutados dentre os indígenas. Mas, as práticas de "recolhimento" não são práticas de colégio. Os "recolhidos" eram atraídos para a instituição por meio do uso de instrumentos musicais, comunicação verbal, encenações rituais, práticas já adotadas pela Companhia em Portugal, segundo Rodrigues, e que remetem à atividade catequética por contato e convencimento.

Finalmente, parece também despropositado afirmar que, ao chegar à São Vicente, Leonardo Nunes tivesse como objetivo abrir uma escola de instrução e catequese, como diz Serafim Leite, ou mesmo um "recolhimento", segundo Mattos. Provavelmente a obra missionária de Nunes evoluiu para um recolhimento, uma casa de meninos, no passo ou por causa da experiência realizada por Nóbrega na Bahia. Leonardo Nunes chegara da Bahia, em fins de 1549 ou inícios de 1550, em companhia de 10 meninos já alfabetizados e doutrinados. Em meados de 1552, reunira cerca de 55 meninos, entre "órfãos da terra e filhos dos gentios". Ao que tudo indica, o trabalho de Leonardo Nunes definiu sua forma de recolhimento em 1553, quando Nóbrega chegou à São Vicente trazendo mais 4 órfãos vindos de Portugal e instituiu aí uma Confraria dos Meninos de Jesus, à semelhança daquela que criara na Bahia para "ordenar o temporal", como ele diz, em carta de 15 de junho de 1553.

A vinda de Nóbrega para São Vicente está ligada às contradições, diz Serafim Leite, entre os projetos missionários dos jesuítas e da hierarquia da Igreja: o bispo

D. Sardinha, que chegara à Bahia em meados de 1552, colocou restrições à existência da Confraria, dos aldeamentos e dos recolhimentos e ao uso na catequese, de músicas, danças e cantos adaptados ao ritmo indígena. Nóbrega procurou outros pontos da colônia para desenvolver com mais liberdade essas práticas, que evidenciam para L. A. Mattos, “um apego à realidade social da terra” por parte do jesuíta, e são explicadas por Baêta como “a permeabilidade das formas não institucionais às concretas necessidades de proselitismo missionário”. Em Pernambuco, “capitania antiga e corrupta”, a catequese não dera os resultados esperados. Concentrou pois, sua atenção na conquista do sertão do sul, que tomou-se a “promessa de trabalho missionário”. Um ano depois está em São Vicente, “porta do sertão e caminho”.

O sertão almejado tinha, para Nóbrega, nessa época, um horizonte definido, o Paraguai, de onde vinham notícias dos guaranis como “índios que já estavam em bons costumes, senhoreados e assentados” e da existência de muitos “língua” para o trabalho da catequese: “Muito desejosos estamos já todos de ir descobrir o sertão, porque nos diz o espírito que lá está um grande tesouro de almas, e a nenhuma parte poderemos ir que não haja melhor disposição para fazer cristãos...”, diz ele ao provincial de Portugal<sup>15</sup>. Alcançar o Paraguai era um projeto antigo de Leonardo Nunes que, desde 1551, escrevia a Nóbrega dizendo ter a intenção de partir para lá quando terminasse a construção da igreja na vila vicentina. Nóbrega apoiou a proposta, sendo que ele mesmo planejou participar da missão. Tomé de Souza opôs-se à viagem, para impedir que os portugueses despovoassem o litoral. Nóbrega cedeu, mas continuou sonhando com a missão do Paraguai: “Vivi com esse desejo e deixei de pô-lo em obra”, lamenta ele em carta da Bahia, de 2 de setembro de 1557. Mas, em companhia do “língua” Pero Correia e outros jesuítas, inclusive do irmão ferreiro que tinha um papel fundamental na etapa do contato, avançou no sertão 10 léguas além do núcleo de São Vicente, e em junho de 1553, escrevia que já havia conseguido reunir cerca de 50 catecúmenos no alto da serra, em um aldeamento situado entre o Tamanduateí e o Anhangabaú.

Uma linha interpretativa bem conhecida explica a escolha desse sítio a partir de desentendimentos entre João Ramalho e Leonardo Nunes, que forçaram os jesuítas, impedidos de se instalarem na região de Santo André, domínio dos Ramalho, a avançar mais para o interior. Essa versão é fundamentada na obra de Simão de Vasconcelos, do final do século XVI, cujas colocações tendem a minimizar a influência de Nóbrega em relação àquela de Anchieta, na fundação do núcleo piratiningano. A ela se opõe Serafim Leite, pondo em destaque a iniciativa de Nóbrega na superação desse conflito. Promoveu-se uma aliança entre missionários e povoadores, mas, como Santo André estava a 3 léguas do Tietê, o local escolhido para instalar o posto avançado dos missionários foi junto ao rio. Aí, segundo a correspondência, Nóbrega teria rezado missa em 29 de agosto de 1553, retirando-se

15. Cit. In: LEITE, S. J., Pe. Serafim. *Novas Cartas...*, p. 26.

depois para São Vicente para ir buscar outros companheiros. Ficaram 2 irmãos catequistas para os trabalhos missionários, que incluíram expedições em direção ao “sertão do Paraguai”, ao encontro do “língua” Pero Correia que tinha alcançado, 35 léguas adiante, o sítio denominado Maniçoba ou Mandiçoba, hoje Itu.

Quando se reuniram novamente em São Paulo para a comemoração do onomástico do santo (em 25 de janeiro de 1554), “encontraram já casa feita, na qual trabalhara o chefe Tibiriçá...”. A pequena construção logo foi substituída por outra, de taipa de mão, erguida sob a direção de Afonso Braz. Serafim Leite diz<sup>16</sup> que esse jesuíta “estendeu seu mister de construtor às obras dos próprios índios”, ajudando-os a construir suas moradias de taipa ao redor do Colégio. Nessa atividade de “aconchegar os índios dispersos à roda do Colégio” reconhecemos a intervenção do homem branco ordenando o espaço da “Aldeia”, segundo o processo descrito por Baêta Neves.

Ao contrário do que diz a bibliografia, os jesuítas não “transferiram o colégio de São Vicente para São Paulo”. Embora a maioria dos padres e meninos tivesse sido levada para o planalto, os jesuítas mantiveram as duas “casas de meninos”, com suas atividades de catequese e ensino elementar, e os dois “colégios” dos (para os) jesuítas. Uma carta de Nóbrega, dos primeiros meses de 1556, narra que, na ocasião, ficaram em São Vicente alguns meninos para a “doutrina” e “lia-se gramática a 4 ou 5 irmãos dos nossos”, sendo que todos tinham “casos de consciência e exercícios espirituais”.

Geralmente são os irmãos e não os padres que se encarregam da tarefa de doutrinar-alfabetizar na casa de meninos. Sempre interessado em destacar o trabalho de Nóbrega em detrimento do de Anchieta, Serafim Leite diz que Antonio Rodrigues, e não Anchieta, foi o primeiro mestre-catequista de São Paulo: sua base é uma carta a Inácio de Loyola dando conta dos acontecimentos de maio a setembro de 1554, na qual Anchieta fala em “15 batizados e outros catecúmenos (que) frequentam a escola otimamente instruídos, tendo por mestre o irmão A. Rodrigues”. Na direção contrária, César Salgado apresenta uma carta anterior de Anchieta, na qual ele diz ensinar os meninos a ler, escrever e cantar: “nuestro principal fundamento es en la doctrina de los niños los cuales les enseño a leer, escribir y cantar”. Tito-Lívio Ferreira prefere ver 2 escolas: uma elementar, de Antonio Rodrigues, e outra, de latim, de Anchieta, com base em outra carta deste último, também de 1554, na qual descreve suas variadas atividades missionárias, entre as quais estudar o tupi e ensinar “gramática em 3 classes diferentes; e às vezes estando dormindo, me vem a despertar para fazer-me perguntas”<sup>17</sup>. Pero Correia, aos 18 de julho de 1554, escreve que em Piratininga, “na escola da igreja um irmão ensina a ler, escrever e cantar (...), o irmão

16. LEITE. *História da Companhia...*, I, p. 279.

17. SALGADO, C. *O Pátio do Colégio: História de uma Igreja e de uma Escola*. São Paulo, 1976, p. 50.  
FERREIRA, T.L. *Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga*. São Paulo, C.E.E., 1970.



Gregório dá gramática (...) e o irmão José cuida de alguns outros estudantes”<sup>18</sup>. Um ano depois, 2 cartas de Anchieta falam apenas das atividades de doutrinação-alfabetização: “Temos uma grande escola de meninos Índios, bem instruídos em leitura, escrita e bons costumes, os quais abominam os usos de seus progenitores” e “Estamos (...) em esta aldeia de Piratininga, onde temos uma grande escola de meninos, filhos de Índios, ensinados já a ler e escrever, e aborrecem muito os costumes de seus pais e alguns sabem ajudar a cantar a missa...” Mas, não há indicação do professor-catequista, nem referência de que, nessa ocasião, em São Paulo, se ensinasse a gramática latina.

A polêmica sobre Anchieta ter sido ou não o primeiro professor da casa de Piratininga permite deslocar a análise para a questão de ter sido ou não criado um colégio secundário de humanidades quando da fundação de São Paulo, e melhor ainda, para a questão de saber quais atividades missionárias estavam sendo praticadas nas primeiras décadas e como elas evoluíram. Podemos fazê-lo a partir das indicações sobre a composição do “alunado” que aparecem nas cartas de Anchieta. Em 1554, aparecem referências a meninos dos gentios recolhidos para aprender doutrina, leitura e escrita e, ao “colégio” de membros da Companhia que estudam latim. Mattos, inclusive, reconstrói<sup>19</sup> a relação dos primeiros 12 discípulos que teriam sido designados a Anchieta, desde São Vicente, para as aulas de gramática latina a serem lidas em Piratininga: Pero Correia, Manuel de Chaves, Gregório Serrão, Afonso Braz, Diogo Jácome, Leonardo do Vale e Gaspar Lourenço, irmãos; Vicente Rodrigues, Braz Lourenço e Manuel de Paiva, padres, todos membros da Companhia. No ano seguinte, Anchieta fala de meninos índios “bem instruídos em leitura, escrita e bons costumes” (...) meninos filhos de índios que “sabem ler, escrever e alguns ajudam a cantar a missa” e, de padres do “colégio” que estudam gramática. Em 1556, fala de “meninos índios que se reúnem na escola para serem ensinados de rudimentos da fé sem omitir o conhecimento das letras”.

Em 1560, já são alguns “filhos de portugueses” que aprendem gramática. A mudança no registro de 1554 para 1560 é nítida: os “colégios” se abriram para os “meninos de fora” da Companhia. Em 1561, havia aulas de gramática latina apenas em São Vicente, “estudada nos quartinhos”. No ano seguinte, voltaram a estudar gramática em Piratininga, “os nossos e alguns de fora”, mas por pouco tempo: com as guerras, o grande ataque dos tupi em julho de 1562 à São Paulo, e dos tamoio à costa, diz Serafim Leite, acabaram os estudos de gramática latina em toda a Capitania de São Vicente. Podemos pensar que essa instabilidade do “colégio” se explica justamente pela sua natureza de atividade ainda subsidiária, pois a escola ligada diretamente à catequese continuou funcionando em São Paulo. Sabemos por

18. LEITE. *Páginas...*

19. MATTOS. *Cit.*, p. 195, 197-9.

correspondência de Leonardo do Vale, que São Vicente também manteve uma “pobre escola de ler e escrever” e que “davam doutrina à escravaria”.

Em suma, a atividade catequética em escolas deve ser pensada entre a chegada dos órfãos de Lisboa em 1550 e os meados dessa década, em termos de doutrinação/alfabetização/ensino elementar nas casas de meninos, com seus mestres-catequistas; e atividades de estudo de gramática latina – o colégio – para e entre os padres da Companhia. A partir de 1555, essa forma catequética mista de institucional sofre uma descontinuidade, acompanhando a ruptura povoamento/colonização, como já havia bem percebido L. A. de Mattos quando diz: “Compreende-se assim a razão pela qual, no decênio que vai de 1554 a 1564, escasseiam, na extensa epistolografia desse período, as alusões e os informes sobre as atividades educacionais dos jesuítas na colônia, antes tão freqüentes, minuciosas e entusiastas. Os pouco informes que transparecem são expressos em linguagem reservada, comedida e com um teor estritamente informativo. É que a matéria tomara-se delicada e exigia muita precaução; a obra dos recolhimentos estava desautorizada e não contava mais com a aprovação das autoridades da Companhia de Jesus na Metrópole”<sup>20</sup>.

Quando, em meados da década de 1560, a atividade dos jesuítas no litoral se torna fator de colonização, é na forma de colégios secundários abertos para meninos brancos, externos, que ela se rearticula. Segundo informações de Anchieta, de 1585, apenas 3 estabelecimentos da colônia já exibiam essa estrutura jurídico-pedagógica de colégio secundário, sustentada pelo padrão de redizima: o da Bahia (1564), o do Rio de Janeiro (1568) e o de Olinda (1576). No colégio primaz da Bahia, nesse ano, oferecia-se além da aula de ler, escrever e contar para cerca de 60 meninos brancos, um curso seriado de humanidades com 2 classes, a de gramática latina e a de humanidades, respectivamente com 30 e 15 alunos de “fora”, mais os da casa; uma aula de filosofia ou artes, para 10 alunos de “fora” mais os da casa; e uma aula de teologia e “lição de casos” para os da casa, mais 3 ou 4 alunos de fora. Em Olinda, havia aula de ler e escrever para 40 crianças, gramática latina para 12 estudantes externos mais os da casa, e “lição de casos”. No Rio de Janeiro, a organização era semelhante: escola de ler e escrever para 30 filhos de portugueses; uma aula de gramática latina para os da casa mais uma dezena de estudantes externos; e a aula de “lição de casos”.

Esses dados são muito interessantes porque mostram que mesmo o “plano dos colégios” não era um todo homogeneamente desenvolvido, e que ele incluía as aulas de ler e escrever e doutrinação dos projetos missionários anteriores, embora constasse das normas da Companhia o ensino a partir do curso de humanidades.

Em Piratininga – como nas demais casas da Companhia em Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e Santos (transferida de São Vicente) – existia praticamente

20. *Idem, Ibidem*, p. 107.

apenas a aula de "pregar, ler, escrever e contar": segundo S. Leite<sup>21</sup>, em 1598, o "colégio" de Piratininga era formado por 3 padres, 2 irmãos coadjutores e 1 estudante, cujo sustento provinha parte dos donativos dos paulistas e parte dos subsídios do Colégio do Rio, em vinho, azeite e farinha. Para esse autor, a casa de São Paulo vai aparecer somente em 1631 como "collegium inchoatum", isto é, começando a ter personalidade jurídica independente do Colégio do Rio<sup>22</sup>. Mas, na verdade, o destino ulterior desse estabelecimento ainda precisa ser recuperado pois ele próprio diz que no ano de 1640, funcionavam apenas a classe elementar com cerca de 100 alunos e a de latim, com 50, suspensas essas também a 13 de julho desse ano, quando, em decorrência de desentendimentos entre jesuítas e colonos pelo interdito do Papa Urbano VIII ao tráfico de índios, o prédio foi ocupado e os padres residentes expulsos. Em 1653 reabriram o estabelecimento, que teria se mantido ativo até 1759, sob a denominação de "Colégio de Santo Inácio".

Ainda segundo Serafim Leite, no Colégio restaurado teve início, em 1708, o curso de teologia moral. Os cursos de Artes ou Filosofia funcionavam "quando o número de alunos o permitia ou assegurava. Se não havia número bastante, para este Curso Superior, os jovens paulistas iam estudá-lo ao Colégio do Rio ou à Bahia (...)". Em 1732, o corpo docente do Colégio paulista era constituído pelos padres Nicolau Tavares, mestre de filosofia, vindo de Recife; Francisco de Toledo, presidente dos Círculos de Filosofia de São Paulo; Manuel Rodrigues, presidente das Conferências de Teologia Moral, vindo do Rio de Janeiro; Manuel de Freitas, mestre de Humanidades, vindo de Bornes (sic); e Agostinho Mendes, mestre de elementar, da Guarda<sup>23</sup>. Assim, a despeito do que diz a bibliografia, apenas no início do século XVIII é que o estabelecimento de São Paulo esteve mais perto de funcionar como um colégio completo, desde a aula elementar de alfabetização até os estudos teológicos. No ano da expulsão, 1759, o anexo construído para Seminário abrigava 23 internos.

Rer a correspondência jesuítica e a bibliografia publicada é rever o mito propagado em torno da atuação dos jesuítas em São Paulo, que faz de um colégio a origem de uma cidade. Os jesuítas não tiveram (nem quiseram ter) colégios secundários de humanidades desde o início de suas atividades. O trabalho nos colégios não foi contínuo e de êxito espetacular desde o século XVI. O "Colégio de São Paulo" aparece na maior parte dessa memória-história como uma "casa de meninos" para doutrinação e alfabetização. E nem se chamava São Paulo...

21. LEITE. *História...*, p. 300-1.

22. *Idem, Ibidem*, p. 399.

23. *Idem, Ibidem*, p. 401-2; SALGADO. *Cit.*, p. 79.

THE JESUITS' COLLEGE IN SÃO PAULO  
(THAT WAS NEITHER COLLEGE NOR WAS CALLED SÃO PAULO)

**ABSTRACT:** This article discusses the myths of a given Brazilian history of education which looks at the Jesuit Company to come up for the colonial elite's education since march, 1549 and sets up the city of São Paulo from a classical secondary school established in January, 1554.

**KEYWORDS:** Brazilian history of education; scholastic institutions; jesuits; Humanistic or classical secondary education; "Colégio de São Paulo".